

## PAZ NA TERRA

**\* Roberto Rodrigues**

O ministério montado pela presidente Dilma Rousseff para seu segundo mandato tem uma característica parecida com o do primeiro mandato do ex-presidente Lula: profundas diferenças de ideologia entre os ministros escolhidos.

A primeira manifestação disso apareceu nos discursos de posse da ministra da Agricultura, Senadora Kátia Abreu e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

Kátia viveu intensamente a atividade produtiva rural, como produtora (teve que assumir o comando da propriedade quando seu marido faleceu precocemente), como líder sindical, como representante na Câmara dos Deputados e depois no Senado. Conhece profundamente o agro brasileiro na prática, e não na teoria. Sabe quais os problemas centrais que afetam a competitividade dos agropecuaristas brasileiros e tem a receita para resolvê-los. Seguramente enfrentará muitas resistências para isso dentro mesmo do Governo, mas tem o explícito apoio da presidente Rousseff, e pode conseguir grandes êxitos.

Patrus é um homem de bem, ocupou com honra vários cargos no executivo em Belo Horizonte e no Governo Lula. Culto e idealista, é defensor obstinado da igualdade de oportunidades para todos, o que é também um objetivo do modelo liberal. Sua formação ideológica o conduz para uma postura bem diferente da de Kátia Abreu, a ponto de questionar a prevalência do Direito de Propriedade sobre outros direitos sociais.

E aqui está o ponto que antagonizou Kátia e Patrus nos seus respectivos discursos inaugurais.

A ministra da Agricultura afirmou que a Reforma Agrária deve ser apenas pontual, ressaltando não existirem mais latifúndios no Brasil.

E o ministro do MDA defendeu uma ampla Reforma Agrária, amparada no dispositivo constitucional que preconiza a Função Social da terra. E chegou a relativizar o direito de Propriedade, submetendo-o na questão agrária, ao direito de acesso a terra.

São dois temas independentes, distintos, e compete ao Estado criar os mecanismos necessários para articulá-los de forma a preservar o espírito da Constituição.

O Direito de Propriedade não pode ser relativo, é um direito absoluto. O desenvolvimento de um país depende em grande parte de investimentos produtivos que geram empregos, renda e riqueza. Mas ninguém fará investimentos se algum governo casuísta resolver, a qualquer tempo, tomar o

patrimônio construído em nome de outras variáveis. Uma pessoa trabalha honestamente durante anos para comprar sua casa. Nenhum governo pode tirar-lhe este bem porque faltam casas para outros. Uma farmácia não pode ser tomada de seu dono se faltar remédios para os mais pobres. Um supermercado não pode ser desapropriado se os alimentos escassearem. É assim também com a terra. Se alguém trabalhou duro para comprar uma fazenda – e não importa o seu tamanho – ela não pode ser tomada porque tem gente sem terra.

Por outro lado, a Constituição de 1988 determina que terra que não cumpre a função social pode ser desapropriada até para fins de Reforma Agrária. Para cumprir a função social, a terra deve gerar empregos cidadãos, preservar os recursos naturais e produzir alimentos, fibras e energia de forma sustentável. Nada mais justo. Nenhum novo hectare de terra será criado no planeta, enquanto a demanda por alimentos cresce em função do aumento da população e de sua renda no mundo todo. Portanto, terra não pode ser comprada por investidores para ser reserva de valor: não pode ficar parada sem produzir nada, apenas esperando a valorização e assim garantir ganhos imobiliários a seu dono. Tem que produzir.

Dadas estas duas determinações de nossa Carta Magna – o Direito de Propriedade e a Função Social da Terra – cabe ao Estado brasileiro compatibilizá-las. Não há dificuldade alguma nisso. O dilema é apenas ideológico.

Pode acontecer de uma pessoa ter uma propriedade rural e não conseguir produzir por diversas razões: não ter vocação para isso, não ter informação para isso, não ter crédito para isso, não ter capacidade de gestão para isso, não conhecer a atividade, não ter logística adequada, etc.

O governo precisa dar a estas pessoas todas as chances para produzir. Ou, caso não consiga, deve induzi-las a sair da atividade, inclusive usando mecanismos fiscais para tal “convencimento”: terra que não produz deve ter imposto territorial muito mais alto do que terra que produz. E, no limite, a propriedade pode ser desapropriada para Reforma Agrária, como reza a Constituição. Só neste caso o Direito de Propriedade pode ser contrariado porque o outro tema, o da Função Social, também é constitucional.

No entanto a terra desapropriada para Reforma Agrária deve produzir. Mas a terra representa hoje apenas uma quinta parte do que se gasta para produzir. O principal é a tecnologia, os insumos, crédito e juros, máquinas e equipamentos agrícolas, estradas, construções rurais, acesso a escola e saúde, etc. Portanto, tirar de alguém uma terra improdutiva para transformá-la em produtiva implica num pacote completo. E, se esse pacote não for oferecido, a redistribuição de terra criará mais miseráveis onde antes havia um só. Em outras palavras, uma Reforma Agrária tem que ser capitalista, ou a Função Social da terra não será cumprida.

Com tais conceitos claros e harmonizados, não haverá mais embates no segundo mandato de Dilma. Duas pessoas sérias que querem só o bem do Brasil, como Patrus e Kátia, devem encontrar seu caminho comum defendendo com o mesmo vigor o Direito de Propriedade e a Função Social da Terra. E ambos não são incompatíveis. Com bom senso, inteligência e equilíbrio, as eventuais divergências ideológicas serão superadas, far-se-á a Reforma Agrária onde ela for necessária e o Brasil crescerá em paz e harmonia.

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)